

Discursividades (en)velho(sendo) na Educação em Ciências

Discursivities on(be)ing old in Science Education

Alan Crhistian Quadros Alvão ^a, Rochele de Quadros Loguercio ^a

^a Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Resumo. Propomos, nesse espaço, uma análise de discursos sobre a velhice em pesquisas e publicações da Educação em Ciências, considerando a área de “ensino” formalizada no Brasil. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica no repositório de teses/dissertações da Capes e em revistas especializadas. Nos inspiramos nas teorizações do filósofo Michel Foucault para demarcar as diferenças históricas na constituição de objetos e sujeitos do saber nas quais a velhice irrompe como “acontecimento”. Assim, discutimos a implicação das categorias “velhice”, “idoso” e “terceira idade”, as escolhas teórico-metodológicas dos estudos e a vinculação da área de ensino ao campo da saúde.

Palavras-chave:

Velhice, Idoso, Terceira Idade, Análise do Discurso, Educação em Saúde.

Submetido em

24/08/2025

Aceito em

03/11/2025

Publicado em

08/12/2025

Abstract. In this space, we propose an analysis of discourses on old age in research and publications on Science Education, considering the field of formalized “teaching” in Brazil. To this end, we carried out a bibliographic search in the Capes theses/dissertation repository and in specialized journals. We were inspired by the theories of philosopher Michel Foucault to demarcate the historical differences in the constitution of objects and subjects of knowledge in which old age emerges as an “event”. Thus, we discuss the implications of the categories “old age”, “elderly” and “third age”, the theoretical-methodological choices of the studies and the articulation between the area of teaching and the field of health.

Keywords:

Old Age, Elderly, Third Age, Discourse analysis, Health Education.

Introdução

As condições de visibilidade da velhice têm sido gestadas desde os séculos XVII e XVIII junto às transformações nas dinâmicas do poder, com a entrada da vida nas estratégias de governo. Significa dizer, que a atenção dada à população velha não é da ordem da evolução dos saberes, nem da urgência demográfica que se anuncia desde o século passado, está relacionada com a constituição do sujeito de direitos - com ideais republicanos - e com a formação de campos de saber-poder que colocam a vida biológica no foco da condução de condutas (Sais, 2011). Para o filósofo Michel Foucault trata-se da *biopolítica*, quando o homem na qualidade de ser vivente – com os fenômenos próprios à vida e ao corpo-espécie da população – foi tomado como objeto da política, mas um objeto de corpo numerável. A biopolítica opera por massificação, incidindo sobre processos de conjunto que são próprios da vida (Gadelha, 2009), como o envelhecimento.

Nesses termos, pensar a velhice como objeto da educação em ciências implica considerar algumas mudanças que constituem os modos de governo da população de velhos. Há tempos não se trata de denunciar a conspiração de silêncio que se manteve nas sociedades ocidentais, como fez Simone de Beauvoir em sua obra *A velhice: a realidade incômoda*. Tampouco

refere-se à velhice propalada amplamente no século XX, definida em problemáticas do campo da saúde e da exclusão social. É no próprio engajamento com a denúncia de marginalidade social que devemos examinar os roteiros de saberes produzidos sobre a velhice para a condução de corpos que ganham paulatinamente mais relevância nas sociedades ocidentais atuais.

Inspirados em Michel Foucault, invertemos a problemática para analisar a *positividade* dos discursos gerontológicos comprometidos com a denúncia da condição dos velhos na modernidade. Consideramos que a enunciação da velhice a partir de um lugar de improdutividade e silenciamento mobilizou discursos dispersos na sociedade, de modo que instituições variadas entraram em cena comprometidas em “desvelar” a realidade da população velha no Brasil e a incitar que os próprios indivíduos falassem de si. Portanto, os discursos gerontológicos se constituem mais do que instrumentos de compreensão de uma situação que está dada ou de um objeto que preexiste a sua crítica, os objetos são forjados enquanto se fala deles na busca de compreendê-los. Para se demarcar um silêncio se usou incessantemente da palavra.

Nos serviremos da *análise de discurso* de Foucault no movimento genealógico para examinar a documentação. Consideramos as teses, dissertações e os artigos em revistas temáticas, levantados em pesquisa documental, não como referenciais teóricos ou metodológicos para análise, mas como *documentos-monumentos* que atestam o que foi dito em determinado espaço discursivo. Esse material foi situado nas disputas de sentidos no território dos saberes de uma época, isto é, “na condição de objeto que existe no interior de um conjunto de práticas discursivas e não discursivas” (Fischer, 2003).

À vista disso, os corpos velhos constituíram, e foram constituídos, em variadas formas de governo que implicam em saberes e práticas específicos sobre esse corte da população. Para essa análise, dividimos esse texto em três momentos. O primeiro refere-se a questões gerais de governo, isto é, recuperamos a literatura temática para demarcar *diferenças* e descontinuidades, bem como para historicizar as táticas de governo. No segundo momento, tratamos dos discursos que particularizaram a velhice como drama social no século XX e a emergência de novos enunciados no final do século que conflitam com as imagens negativas precedentes. Por último, analisamos as teses e dissertações da área do ensino que abordaram o tema da velhice e do envelhecimento, para problematizar os modos de objetificação desses corpos e as formas de tematização da questão.

Os velhos na história – demarcando diferenças

A velhice conquistou sua singularidade como objeto de interesse político e de estudos no século XX (Sais, 2011). Os velhos “miseráveis” descolocaram-se da homogeneidade da mendicância e do tratamento em grandes instituições na época do “grande internamento” - onde a miséria se tratava de uma categoria de controle uniformizante - para constituir uma população inapta ao trabalho e dispersa pelo espaço social, no contexto de uma sociedade que se industrializava e reformulava seus ideais pela valorização do trabalho e, sobretudo, do corpo do trabalhador. De acordo com o psiquiatra Joel Birman (2015), o que aconteceu com

a velhice na emergência da sociedade industrial é a radicalização de um processo que se iniciou no século XVII, isto é, a inserção dos velhos no contingente perigoso da “ociosidade”. Na aurora da modernidade, a velhice retornou ao espaço social aberto com a desconstrução do Hospital Geral e a criação de novas instituições para os alienados mentais e criminosos, passando para a instituição familiar o encargo de cuidar dos velhos com recursos próprios.

Para outros estratos sociais, o pesquisador Almir Sais (2011) sinaliza que até o século XIX viver muito e ser velho não coincidiam, uma vez que homens que viviam muito mantinham a dominação inquestionável da propriedade e dos familiares na figura do *pater famílias*. Nessa posição de “pai-patrão”, a oralidade era valorizada na reprodução eficiente da tradição, garantindo um lugar de privilégio ao velho como fonte de informações úteis sobre o passado. Assim sendo, na sociedade dos patriarcas “não havia lugar físico, geográfico, econômico, acadêmico, e, principalmente, político para o aparecimento, para o nascimento da velhice” (Sais, 2011, p. 79), a despeito do visível aumento do número de pessoas de idade avançada. De acordo com o autor, o número de indivíduos não é suficiente para justificar a emergência da velhice como objeto de discurso.

Em sua análise, Sais (2011) discute as condições de emergência da velhice observando a ruptura com a sociedade da tradição e da lei que conferia privilégios aos homens de muita idade no século XVIII. O autor problematiza a passagem de uma experiência cercada de autoridade no âmbito da tradição patriarcal para uma outra produzida como “drama social”. Diante disso, ele também alerta para o erro de se presumir que existiriam os “anos dourados da velhice” em sociedades antigas e da tradição anterior à modernidade. Vale lembrar que os lugares de privilégio e marginalidade estão em constantes negociações, que ocorrem situadas no tempo e no espaço. Para o autor, a velhice se trata de uma invenção útil e necessária do século XX, que emerge como objeto em condições específicas, com o fim do patriarcado e avanço de ideais de igualdade em liberdade propalados pela Revolução Francesa, a constituição da Estatística e da razão de Estado através das transformações do poder e avanço das biopolíticas no pós-guerra.

No período que sucedeu a Guerra Fria, com a dizimação de um grande contingente da população jovem da Europa e com o *boom* tecnológico, os adultos mais velhos foram convocados para execução do esforço técnico-científico, isto é, passaram ao foco de estratégias políticas de desenvolvimento. O conhecimento desses indivíduos tornou-se imprescindível para melhor educá-los, a título de exemplo, pode-se considerar as mulheres de “meia-idade” que se tornaram, de uma hora para outra, objeto de pesquisa como “material humano” que estava disponível na época. Para Sais (2011), essas mudanças são novas formas de *visibilidade* e *enunciação* de um objeto em determinados jogos de poder de uma época, constituindo os ingredientes para o aparecimento do que ele denominou de *dispositivo da velhice*.

O cenário brasileiro pode ser apreciado a partir do texto *Asilo dos velhos: passado e presente*, através do qual o pesquisador Daniel Groisman (1999) discutiu a história da velhice relacionando-a com o *curso da vida* na modernidade. Dessa maneira, a velhice se trata de uma etapa do curso de vida moderno que se diferenciou em dado momento histórico. Em diálogo com Katz (1996), ele define três tecnologias de diferenciação da velhice: a constituição

de um discurso científico sobre o envelhecimento; o surgimento das pensões e aposentadorias; e os asilos de idosos. Privilegiando essa última tecnologia, Groisman (1999) traçou alguns aspectos da imagem da velhice na virada do século XIX e XX no Brasil, a partir de periódicos da época que repercutiram a atividade do Asilo São Luiz no Rio de Janeiro. Segundo o autor, a prática assistencial se situava em um contexto de filantropia, operando com a sensibilização da população para o drama da velhice.

Por sua vez, os jornais buscavam diferenciar a velhice desamparada de outros segmentos da população pobre em um momento de coibição da “vadiagem”. Para justificar o funcionamento do asilo estudado por Groisman (1999), se recorreu a metáforas que identificaram os velhos como “náufragos da vida”, configurando um procedimento para desculpabilizar os indivíduos pelo infortúnio de sua miséria. A velhice foi representada como inerentemente boa, aproximando-se de uma imagem sacralizada para alcançar compaixão popular. Deste modo, a particularização da velhice pelos discursos de miséria e bondade foram complementados por uma nova diferenciação – agora apoiada nas ciências – em relação aos outros miseráveis como as crianças e as mulheres, uma diferenciação de causalidade natural quando passou a constar “os efeitos do processo de envelhecimento sobre o corpo e a mente” (Groisman, 1999, p. 76). As características visíveis do corpo, portanto, passaram a compor as narrativas dos jornais em associação direta com a infância, por exemplo, ora acentuando aspectos da degeneração física, ora aproximando as duas pelas situações de dependência. Groisman (1999) caracterizou as visões da época sobre a velhice e o espaço asilar, analisando as narrativas que os definiam como lugares saturados de passado e que teriam rompido o contato com a sociedade abrangente. O asilo seria um local de descanso, de onde raramente o internado saía e que não se esperava cuidados terapêuticos. Em discussão sobre o papel da instituição asilar na história da velhice no Brasil, o autor mostrou imagens e expectativas de uma época sobre a velhice carente. Um momento de convivência de imagens antagônicas, por vezes positivas para diferenciar dos “perigos sociais” da época como a “ociosidade”, outras vezes negativas para sensibilizar sobre o drama do declínio físico e da incapacidade para o trabalho e para conseguir apoio público.

As abordagens do envelhecimento - sua tematização e formas governo - não podem dispor de um objeto em continuidade histórica. Os autores mobilizados anteriormente apontam para a singularização de uma experiência na modernidade relacionada a novas formas de divisão do curso da vida, tecnologias de governo das populações que têm na Estatística e na Demografia suas bases de leitura da realidade. O corpo velho se deslocou das grandes instituições do passado para o seio da família – num contexto de valorização da família nuclear burguesa – e, posteriormente, para espaços que visavam dar repouso aos corpos desfavorecidos que perdiam suas forças vitais. No âmbito da família nuclear - reduzida à escala de duas gerações - o corpo velho se constituiu como um “fardo”, consumindo recursos sem contribuição financeira, exigindo cuidados recorrentes e causando os ruídos de um “corpo estranho” (Birman, 2015).

Nas últimas décadas do século XX ocorreu uma multiplicação de instituições e discursos que tratam do tema. Novas “ficções” e “narrativas” passaram a constituir enunciados sobre o corpo que envelhece, convertendo o que foi considerado o “final” da vida (quando o velho

espera pela morte) em uma nova etapa da vida com potencialidades (Birman, 2015). Novas categorias, como *idoso* e *terceira idade*, conquistaram o espaço público designando os lugares, atitudes e orientações comportamentais para esse público e para a relação da sociedade com ele. De acordo com Fischer (2003), um modo de nomear é sempre um modo de constituir o outro, de produzir verdades sobre ele, ou seja, uma forma de controle do discurso. Como os objetos são correlatos de práticas históricas e devem ser pensados na medida em que são objetificados, discutimos a seguir aspectos gerais do discurso da Gerontologia que se formou enquanto seu objeto aparecia.

O discurso gerontológico e problema da velhice

A constituição de um campo científico para a velhice e para o envelhecimento é tão recente quanto o seu objeto. Na primeira metade do século passado, a produção de saberes sobre a velhice estava dispersa entre a psicologia, a psiquiatria e a sociologia. De acordo com Sais (2011), o braço institucional do que ele chamou de *dispositivo da velhice* criou-se em 1946, quando foram fundadas as Sociedades Americanas de Gerontologia e Geriatria e a Divisão de Maturidade e Velhice da Associação Americana de Psicologia. A gerontologia, a geriatria e a psicologia do envelhecimento seriam, para o autor, as responsáveis pela circulação das relações de poder e dos regimes de enunciação, encadeando sentidos sobre essa etapa da vida.

Os primeiros movimentos filantrópicos de defesa dos asilos para a velhice buscaram garantir o descanso no “fim da vida”, mas não angariaram apoio público senão mobilizando imagens e discursos da decadência física e social dos corpos velhos (Groisman, 1999). Posteriormente, ciências dispersas do campo social valeram-se do mesmo enunciado para denunciar a exclusão dessa população em uma sociedade que estava em processo de industrialização. Para a antropóloga Guita Debert (2000), a gerontologia, que já nasce intervencionista, abraça a missão de articular essas denúncias de marginalidade através da crítica a quatro aspectos da sociedade brasileira do século XX: 1. a *iminência de uma explosão demográfica*, quando dados estatísticos foram usados para fazer projeções e traçar perfis da população idosa; 2. uma *crítica ao capitalismo* e a forma selvagem como esse sistema econômico se impõe gerando a desvalorização de corpos tornados inaptos ao trabalho; 3. uma *crítica à cultura brasileira* na qual a tendência de atribuir valor a novidade e ao jovem é forte, isto é, se trata de uma cultura que aprecia inovações e despreza o seu passado; 4. e, por último, uma *crítica ao Estado*, quando se aponta o desmantelamento dos mecanismos tradicionais de amparo ao velho sem que novas formas de proteção se desenvolvam. Segundo a autora, a gerontologia soube combinar o conhecimento científico com a defesa de seu objeto de estudo no espaço público, assim, como ciência engajada levou isso às últimas consequências tornando-se uma ativa produtora de formas de *gestão do envelhecimento*.

Por sua formação multidisciplinar, sem filiação a um campo específico do conhecimento, mapear o processo de formação da gerontologia torna-se uma tarefa difícil (Groisman, 2002), diferentemente da geriatria que se filia como especialidade do conhecimento médico. Em vista disso, como a história das duas áreas se confunde, Groisman (2002) discutiu as transformações no campo médico que abriram espaço para que existisse a preocupação com as patologias relacionadas ao corpo que envelhece. Conforme o autor, é da especialidade

médica que procede o campo multidisciplinar que se estabelecerá no correr do século. Assim, antes do século XIX, os médicos não percebiam os velhos como uma categoria separada de pacientes, não se considerava, portanto, as diferenças de idade na terapêutica tradicional, uma vez que a debilidade dos velhos não era considerada curável ou amenizável e o envelhecimento era irremediável.

Ao longo do século XX, começa a se transformar uma visão de velhice acompanhando mudanças na percepção de doença no campo médico. A medicina passou a buscar os sinais da doença na materialidade do corpo, rompendo com a relação cósmica e divina que estabeleciam as origens da doença fora do corpo. Dessa maneira, o corpo passou a ser analisado como um sistema de significados de modo que as condições fisiológicas e anatômicas passaram a compor o novo olhar médico. A conversão do corpo em materialidade investigativa possibilitou a diferenciação do corpo envelhecido. Segundo Groisman (2002), devemos considerar, ainda, que os médicos desse período, especialmente na França, não tinham o envelhecimento como objeto específico, contudo detinham os corpos velhos como materialidade, sobretudo, nos maiores hospitais de Paris que estavam lotados deles.

O desenrolar das possibilidades no campo médico gerou a constatação crítica do esforço excessivo empenhado na definição das patologias, enquanto se dispôs de limitadas opções de tratamento da senilidade, como tônicos e estimulantes, alterações na dieta e prescrição de atividades ocupacionais. Essas práticas pouco ortodoxas contrastavam com os enormes avanços científicos de outras especialidades, criando suspeita para a baixa adesão de médicos e a demora de constituição de uma especialidade médica para a velhice. Para Groisman (2002), o grande dilema da geriatria seria a definição problemática dos limites entre o normal e o patológico na velhice. A pergunta “onde começariam a velhice e a doença?” passa a compor a crítica.

A emergência da velhice como objeto de intervenção não se restringiu as qualidades biológicas do corpo que envelhece. O sujeito velho também foi particularizado em seu comportamento e em condições sociais como uma *entidade demográfica* (Groisman, 2002). Os discursos que tomaram os velhos como uma *população particular*, passaram a se somar aos discursos da geriatria e compor novos horizontes temáticos e estratégias de gestão do problema. O campo gerontológico contou com uma dispersão de discursos em sua formação, que vão desde curas milagrosas para o envelhecimento, anunciadas por autores “populares”, até discursos demográficos de inspiração malthusiana sobre ameaça a ordem social. Dessa forma, no início do século começou a se desenhar um modo multidisciplinar de compreensão da velhice.

Segundo Debert (1994), a constituição multidisciplinar da gerontologia - com uma pluralidade de especialistas e abordagens - não impede que se delimite as suas fronteiras, considerando que cada disciplina, à sua maneira, contribui para a constituição de um campo de saber sobre um objeto autônomo, carregado de especificidades. Portanto, deve-se considerar um duplo movimento da transformação da velhice em problema social: a socialização progressiva da gestão da velhice e, paralelo a isso, a *reprivatização do envelhecimento*. As novas imagens da velhice produzidas pela mídia e pelos programas sociais, de inspiração francesa, que surgem nos anos 1970 (Universidades abertas e os

projetos do SESC), transformaram essa etapa da vida em uma experiência mais gratificante. Com isso, ocorreu a valorização de formas inovadoras e bem-sucedidas de envelhecer em narrativas que se posicionam como críticas à tradição gerontológica de abordagem da velhice como *fonte de miséria*. Da necessidade de revisão perspectiva, surge um novo ideal de produtividade, com seu arcabouço de receitas educativas para aqueles que não desejam se sentir velhos e sobre a maneira apropriada de dirigir a vida e prevenir o envelhecimento. A *atividade* converte o idoso em uma *fonte de recursos* na imagem publicitária da *terceira idade* (Debert, 1997).

As revisões críticas estratégicas que convergiram na invenção da *terceira idade* parecem não incidir somente no campo da Gerontologia, Moreira e Souza (1999) apontam similaridades com as modificações que ocorreram no discurso psiquiátrico no mesmo período. Os movimentos psiquiátricos apostaram altamente em estratégias assistencialistas de tratamento do *doente mental*, mobilizando imagens de incapacidade e agressividade, produzindo uma abordagem negativa de seu objeto. Para os autores, houve na segunda metade do século passado uma reação à ordem hegemônica na medicina, deslocando o foco do conceito de doença para a noção de *saúde mental*. Em paralelo com a gerontologia que se constituiu a partir de discursos apoiados na locução interdisciplinar, a *saúde mental* ampliou o seu escopo de profissionais e as formas de tratamento disseminadas por instituições de saúde no país. Os autores chamam a atenção para mudanças políticas que atravessam campos variados do conhecimento implicando em revisões de modos “tradicionais” de tratamento dos sujeitos.

O discurso sobre a *terceira idade* descaracteriza a marca monótona da univocidade com que se abordou o envelhecimento no século XX. Ocorreu um deslocamento do singular para o plural, quando experiências múltiplas passaram a compor os interesses pelo tema. A velhice se deslocou do lugar delineado por discursos que marcavam o caráter negativo da invisibilidade para uma ostensiva visibilidade social. Birman (2025) elencou aspectos das condições que possibilitaram esse novo tratamento da velhice: o aumento da longevidade em virtude da medicalização do espaço social; mudanças no sistema de segurança social e de pensões realizadas pelo Estado; a transformação da velhice em problemática social. Esse novo “significante” implicou em mudanças de leitura do envelhecimento, em um novo conceito para a ciência e colocou em evidência transformações de ordem biopolítica. De acordo com o autor, a *terceira idade* viabiliza um terreno para a emergência de novas modalidades de *subjetivação* da população que envelhece. Incluiu-se no “fim da vida” o elemento do *desejo* e o imperativo de potencialização da vida, desse modo, já não nos deparamos com o limiar da morte, mas com um novo momento da vida que aflora cheio de possibilidades.

A velhice enunciada como *fonte de recursos* implicou no que Debert (1997) definiu como a *reprivatização da velhice*. As imagens que circulam amplamente nas mídias sociais de experiências bem-sucedidas de envelhecimento, das lideranças ativas do movimento social e das possibilidades mercadológicas para se manter em atividade, contrastam com o imaginário social da decadência física. Os estilos de vida que não acompanham os imperativos de garantia de qualidade de vida passam a ser responsabilizados, isto é, nessa

racionalidade, os velhos são convertidos nos únicos culpados pelas condições em que se encontram envelhecendo. A *terceira idade*, com suas prescrições, se torna profundamente referendada por um mercado que transmuta a *atividade* em serviços comercializáveis. Conforme Debert (1997), na disposição do envelhecimento ativo há uma constante produção de vulnerabilidades através da negação da velhice, isto se dá diante da valorização do ideal de juventude e da relevância dos idosos mais jovens na produção das imagens. A velhice avançada – abandonada e dependente – assiste seus horizontes se dissolverem em cobranças de descuido pessoal.

Com essa mudança na leitura do envelhecimento, o discurso gerontológico tornou-se mais ambicioso, pretendendo dar conta de tudo o que diga respeito ao seu objeto. Sob a égide do discurso de prevenção, extrapola sua intervenção para toda a sociedade, propalando um cuidado sempre mais precoce. O *envelhecimento bem-sucedido* é a estratégia ambiciosa de administrar a vida humana em toda a sua extensão (Groisman, 2002). Essa ruptura na forma de conduzir as condutas de velhos, fundamentada em noções de *autocuidado e realização pessoal*, constitui a mudança necessária para considerar o velho um sujeito educável. Só quando se considera a velhice como um momento em potencial para novas experiências é que pode se falar em *educação ao longo da vida*, extrapolando as experiências da escolarização. Nessa racionalidade seria preciso aprender a envelhecer fora de risco.

Esse traçado das dinâmicas políticas de objetivação dos corpos velhos que fizemos até aqui, constitui a nossa base para problematização da velhice como tema da educação, particularmente da educação em ciências, pois a escola ao trabalhar o corpo idealizado e racionalizado nos espaços escolares, exclui diversos modos de existência do mesmo. Nos questionamos sobre as práticas discursivas na área de ensino de ciências no Brasil, para analisar as relações que ocorrem nesse campo do saber e os efeitos de conjunto de uma produção acadêmica que disputa sentidos para o envelhecimento.

Os discursos sobre a velhice no interlúdio do ensino e das ciências

Para prosseguir a análise, precisaremos alguns direcionamentos de cunho teórico-metodológico. O conceito de *discurso* extrapola a compreensão de conjunto de signos que serviria para designar alguma coisa, portanto não se deve procurar por algum significado atrás de cortinas, nem considerar a linguagem como representação de algo que não está presente. Pelo contrário, deve-se ter em conta que a realidade se constrói dentro de uma trama discursiva (Fischer, 2001).

O discurso apresenta regularidades que lhes são próprias e que possibilitam a definição de uma rede conceitual intrínseca. Por se tratar de uma prática social, ele põe em circulação certos enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva, isto é, no conjunto de regras que torna certo discurso possível ou não em dado momento histórico. A professora Rosa Fischer (2001) define o enunciado como *função de existência*, que atravessa a linguagem e se relaciona a determinados *modos de ser*. Desta maneira, a análise do discurso possibilita descrever os enunciados de uma época e as regras que os constituem como verdadeiros, considerando que eles são raros e heterogêneos em um mesmo espaço discursivo. A *atitude*

metodológica que decidimos seguir pode ser resumida em duas ações: um exercício de dúvida permanente das fáceis identificações do pesquisador com os discursos, por meio do questionamento das “nomeações” e naturalizações operadas no material analisado; e, ficar no nível das coisas ditas para descrever práticas discursivas e não discursivas que colocam em jogo enunciados que ora conflitam, ora se apoiam mutuamente.

Para compor o nosso arquivo, buscamos por teses e dissertações no catálogo da Capes. Inicialmente, utilizamos a categoria “velhice” em combinação com o filtro “área de avaliação” e obtivemos um número reduzido de trabalhos que coincidiam parcialmente com o material encontrado com o próximo descritor. O segundo descritor mobilizado foi a categoria “idoso”, a partir do qual encontramos um número maior de pesquisas e optamos por privilegiar em nossa análise. Constatamos, desse modo, 123 pesquisas no total, que decompomos em 117 dissertações de mestrado e 6 teses de doutorado no período de 2014 a 2023. De modo complementar, averiguamos as publicações em periódicos do estrato A (a1 – a4) na Plataforma Sucupira, considerando o filtro “ensino” para “área” e “área mãe”. Para uma sondagem inicial, mobilizamos os descritores “velhice”, “idoso”, “terceira idade” e “envelhecimento” em buscas individuais no site de cada revista selecionada na Plataforma Sucupira, desprezando os textos que não tratavam especificamente da temática aqui analisada. Assim, reunimos 13 artigos em 9 revistas.

Escolhemos as categorias “velhice”, “idoso” e “terceira idade” como descritores acreditando não possuírem relação de sinonímia, pois os compreendemos como conceitos referentes a objetos diferentes, assim como a múltiplas estratégias de atribuição de sentidos para os corpos velhos. Dessa forma, o conceito de “idoso” expandiu o horizonte das pesquisas por seu uso amplo no campo médico, além da reivindicação do termo pelos movimentos sociais. No contexto francês do século passado, “idoso” serviu como categoria de diferenciação de classes, pois designava o indivíduo com posses, que não se confundia com a velhice desamparada e pobre (Sais, 2011). A antropóloga Clarice Peixoto (2000) delimita uma mudança de percepção das pessoas idosas a partir dos anos 1960 na França, quando se percebe o aumento do prestígio das pessoas aposentadas em virtude, e não apenas por isso, do crescimento das pensões. Conforme Peixoto (2000), ocorreu a supressão de termos como velhice, optando-se por idoso para se evitar estereótipos relacionados ao primeiro.

No Brasil, a categoria “idoso” constitui o título das principais políticas públicas, como a Política Nacional do Idoso de 1994 e o Estatuto do Idoso de 2003. Parece indicar uma fronteira entre um silêncio ligado a noção de “velho” e a ação política após a tomada de consciência pelo indivíduo de suas condições sociais, enunciado como “idoso” a partir de um lugar de autonomia e independência. A categoria “idoso” se confunde com a figura do cidadão, do sujeito de direitos que passa a reivindicar mais espaço na arena social. O cidadão idoso teria voz e conheceria os seus direitos, por isso passaria a requerer especificidades, que saltam aos olhos quando observamos os estudos na área do ensino: *saúde do idoso*, *cuidado do idoso*, *lazer do idoso*, *educação do idoso*, *convivência para o idoso*, entre outros. Sob esse prisma, o lugar do idoso parece ser a cena pública, redesenhando espaços sociais através de sua singularidade enquanto população.

Ao distinguir as formas de nomear, queremos problematizar cristalizações de discursos e de práticas sobre os corpos velhos. Desse modo, os conceitos de “velhice” e “terceira idade” constituem dois polos opostos, demarcando regimes de enunciação diferentes dos quais “idoso” constitui um interlúdio. Não queremos afirmar com isso que se tem uma saída gradativa da escuridão para as luzes, ou seja, que se tenha uma sequência necessária de experiências, mas que são modos diferentes de visibilidade, dois momentos de radicalização biopolíticas completamente divergentes. A objetificação da velhice mobilizou políticas assistencialistas que resultaram em instituições singulares para acolhimento – os asilos, por exemplo – e inclusão no seio familiar através de impressões do desamparo e das perdas fisiológicas. Enquanto os discursos da *terceira idade* proliferam experiências de sucesso e autonomia, encontrando no campo publicitário e no mercado sua matriz de verdades. A partir da comparação entre os conceitos, pretendemos dispor enunciados singulares em práticas sociais específicas para demarcar as diferenças. Nos textos aqui analisados, foi possível notar o uso dos termos como sinônimos nos casos em que apareceram, mas acreditamos que isso ocorra em função de uma ausência de historicização das práticas sociais e de escolhas metodológicas que exploraremos adiante.

Nos lançamos na análise com a hipótese de que a Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) despontaria com discursos sobre a figura de um alunado envelhecido e os desafios da docência na área de ensino. Contudo, os discursos da saúde apareceram como centrais na tematização da velhice, incidindo, inclusive, nas práticas discursivas da educação em ciências. Tal constatação corrobora com as discussões de Daniel Silva (2022) sobre a ideia de saúde como atravessador obrigatório para se pensar a velhice, uma vez que esta está relacionada a marcadores biológicos que se quer conhecer, medir e explicar, em resumo, a velhice se constituiu como uma questão de saúde. Desse modo, para o caso dos estudos aqui analisados, os textos acadêmicos provenientes, em sua maioria, de áreas pertencentes ao ensino de saúde versam abundantemente sobre a formação de profissionais e sobre o acompanhamento do idoso como paciente. Verificamos que a escola não se trata de um espaço de tematização da velhice.

A área de ensino parece comprometida com os enunciados de multidisciplinaridade similares àqueles que tornaram a gerontologia social possível. Com uma concepção ampla de saúde do idoso, que extrapola o campo médico, existe uma preocupação com a qualificação profissional na área, constando campos de saber como *terapia ocupacional, educação física, atenção básica, odontologia, nutrição, gestão de instituição de longa permanência, enfermagem, acompanhantes e cuidadores profissionais e informais* etc. A formação de profissionais com base nessa diversificação de áreas sugere o comprometimento do ensino com os discursos sobre “qualidade de vida” que estipulam parâmetros para uma avaliação profissional cada vez mais ampla.

O velho visto como paciente tornou-se alvo de intervenções em instituições já conhecidas em sua história. Os espaços “tradicionais” destinados para cuidados terapêuticos e para convivência possibilitam experimentos educativos para pessoas velhas como para os futuros profissionais. Eles são requisitados nas *instituições de longa permanência, nas unidades básicas de saúde, nas universidades abertas, nos ambulatórios, nos centros de atenção e*

nos *hospitais*. São incitados a falar sobre suas experiências, o cotidiano, as percepções dos espaços, comportamentos, em suma, sobre os aspectos que condicionam os perfis necessários para as pesquisas e para as intervenções. A área da educação em saúde parece confrontar o mesmo dilema apontado por Groisman (2002) para a gerontologia, a problemática definição do limiar entre velhice e doença. Portanto, a velhice como horizonte provável da doença funciona promovendo condutas preventivas que constituem o enunciado de “autocuidado”. Deve-se, por sua vez, reduzir estilos de vida que apresentem algum risco a saúde e de retorno a marginalidade social, mobilizando práticas e discursos sobre a *atividade*. Os caminhos para o envelhecimento bem-sucedido devem ser “aprendidos” e passam pela vida dinâmica e cercada de serviços comercializados no mercado. Todos os lugares passam a ser “educativos” em potencial e todas as práticas confessadas em situação de pesquisas devem fornecer materiais de críticas e base para inovações gerontológicas.

Um dos elementos fundamentais para que a velhice se transformasse em problema social foi o uso da demografia (Debert, 2000). Uma parte considerável dos estudos analisados aqui, mobiliza estimativas de crescimento da população para justificar as intervenções através do surgimento de novas demandas. Figuram entre as exigências emergentes uma listagem sem fim, dentre as quais podemos aludir: *aumento da dependência de terceiros, avanço de incidência de doenças crônicas, resposta imediata na formação de profissionais, garantia da qualidade de vida e de direitos, consumo de recursos em saúde, fortalecimento de políticas públicas, avaliação de capacidades funcionais...* Nota-se a partir das urgências utilizadas para justificar os estudos que, mesmo constando na área de ensino, os discursos da educação em saúde se identificam mais com o campo no qual se aplicam do que com a educação. O olhar do pesquisador em ensino se confunde com a visão do profissional de saúde que tem diante de si um paciente em acompanhamento e não um possível “educando”.

As pesquisas valeram-se amplamente de formulários e de entrevistas semiestruturadas para coleta de dados, combinando análises quantitativas e qualitativas. Tendo em conta que os resumos analisados exibiram a preferência pela “análise de conteúdo” para tratamento dos dados, expondo na maioria dos casos a escolha da técnica sem referencial teórico, os pesquisadores parecem almejar a “revelação” de *perfis, representações, percepções e saberes* dos sujeitos. Podemos, portanto, levantar questões sobre a importância do método nessas produções e de sua pretensa independência em relação à teoria, problematizando a concepção de ciência que está em jogo nesse espaço discursivo.

A análise de conteúdo, tal como a entendemos hoje, filia-se aos primeiros trabalhos do campo da Psicologia Social estadunidense do início do século XX, que de acordo com Rocha e Deusdará (2006) é o “modo como se atualiza na época o positivismo reinante enquanto filosofia da ciência”. Esse *modus operandi* tomava os fenômenos sociais como fenômenos naturais procurando validação científica através de “técnicas de quantificação”. O trabalho interpretativo mostrava-se ameaçado por perigos que espreitam o pesquisador, isto é, a sua subjetividade e a do outro. Diante disso, ele encontraria segurança na pretensa neutralidade científica, esquivando-se das pistas falsas ao procurar os sentidos mais profundos de um texto, “resgatando-lhe o conteúdo” e, para isso, seria preciso desbravar, ultrapassar as aparências, desvendar o “verdadeiro” conteúdo. Nessa prática, a linguagem, reduzida à

comunicação, se constitui um instrumento pelo qual os significados são transmitidos. O pesquisador, por sua vez, tem na materialidade linguística uma representação de outra coisa que seria o seu foco e que existe independentemente dela. Tal visão mascara os jogos políticos da produção científica e coloca as ciências sociais na esteira das ciências da natureza.

A repercussão da psicologia social positivista no método da análise de conteúdo inviabiliza a compreensão de que toda pesquisa se trata de uma intervenção, tornando o pesquisador partícipe da produção de sentidos. O funcionamento desse tipo de análise encena “uma busca ou descoberta dos resultados, e não a construção de uma análise” (Rocha & Deusdará, 2005). Por sua vez, predomina certa compreensão ingênua do social na qual a realidade seria independente das formas de acesso a ela e a crença de que há um tipo especial de acesso que conduziria a sua “verdadeira” existência. Nessa compreensão, a mobilização de inquéritos e questionários cai como uma luva, ou seja, são entendidos como ferramentas eficientes para a “descoberta” do verdadeiro. As perguntas dos questionários de entrevistas acabam reduzidas a motivações que trazem à tona os significados profundos que preexistiriam a elas.

Nas pesquisas analisadas se percebe as ressonâncias disso, quando se busca no conteúdo as *recorrências de termos, intensidades, combinações, correlação, sequências* em combinação com *dados antropométricos e sociodemográficos*. Percebe-se um afastamento entre a forma e o conteúdo de narrativas, com a prevalência deste último através da negação das condições de enunciabilidade. Além disso, ocorre o apagamento da figura do pesquisador, de modo que apenas as pesquisas que desenvolvem algum produto educativo são consideradas como intervenções, caso das abordagens definidas como do *tipo quase-experimental* ou *intervencionista*. Demanda-se uma materialidade outra que não se identifique com a relação entre pesquisador/pesquisado e que se caracterize por “produto” para uso durante o encontro entre os indivíduos ou posteriormente: *aplicativos, guias práticos, projetos e oficinas* direcionadas e isoladas, *cadernetas de saúde, ebooks, sequências didáticas, manuais, podcast* etc. Evidentemente, ocorre encontro entre interlocutores em momentos de elaboração desses produtos educativos, mas a distinção de *caráter experimental* contrasta com a pretensa neutralidade dos estudos de caráter qualitativo, isto é, só se teria uma intervenção quando houver uma atividade disruptiva, incomum, com outra materialidade em questão. Vale ressaltar que os materiais produzidos são tão conteudistas quanto a abordagem, recorrem a formatos textuais na maioria dos casos. As entrevistas, por isso, conformariam somente um meio necessário de chegada a realidade sem qualquer interferência no que já está dado. A interpelação dos velhos e de outros sujeitos em situações de entrevistas não é considerada no horizonte do que pode ser dito entre os interlocutores.

Tratar do tema “idoso” na área de ensino compreende a consideração de especificidades do mestrado profissional em virtude da relevância na produção de estudos. As pesquisas se multiplicam desde 2014 em programas profissionais, predominantemente localizados em interrelação com o campo da saúde, nomeados das seguintes formas: *saúde e educação, ensino em saúde na Amazônia, ensino na saúde, ensino na saúde: formação interdisciplinar para o sus, formação interdisciplinar em saúde, educação para o ensino na área da saúde, ensino em saúde e tecnologia e ensino em ciências da saúde e do meio ambiente*. A atuação do mestrado profissional na circulação de discursos da saúde do idoso deve ser estudada mais

detidamente em pesquisas futuras. Contudo, podemos apontar alguns aspectos do efeito de conjunto na área do ensino como: a afinidade maior com seu campo de aplicação, o compromisso com uma racionalidade técnica, o foco na qualificação profissional e na educação para o “autocuidado” por parte do idoso, a premissa de que todas as áreas da saúde têm algo a dizer sobre o tema. O peso do número de pesquisas em mestrados profissionais em ensino de saúde diferencia o “idoso” como objeto de práticas e discursos educativos, enunciando experiências distantes dos espaços formais de educação. Assim, se perde de vista a noção de aprendizagem formal do sujeito idoso, com um currículo básico e um espaço de ensino. O que se tem é uma pluralidade de espaços de abordagem do sujeito velho para conhecer a experiência pessoal, orientar para “boa conduta” e qualificar profissionais para a garantia da qualidade de vida.

O discurso da educação em saúde contemplou temas clássicos do envelhecimento tais quais a situação dos velhos institucionalizados e a inserção social, entretanto, incluiu os enunciados mais recentes sobre “autocuidado” e “atitudes preventivas” esquadrinhando os novos perfis e comportamentos que viabilizem estratégias inovadoras. Para tanto, novas abordagens dos espaços “tradicionais” da velhice foram criadas, quando considerados recentemente como espaços de múltiplas aprendizagens potenciais.

Quando outras áreas do ensino tomam a palavra

Em número muito menor, outras áreas do ensino tomaram a palavra sobre a temática, especialmente, a partir da leitura que fizemos dos artigos científicos. Para tanto, privilegiamos os resultados do levantamento realizado a partir dos descritores “velhice” e “idoso” e “terceira idade” em virtude da restrição temática, uma vez que “envelhecimento” direcionou para análises mais abrangentes. Para triagem dos artigos, também consideramos a relação deles com áreas do ensino de ciências a partir da vinculação institucional das revistas aos programas de pós-graduação da área e organizações representativas. Portanto, dispomos da Tabela 1 com os artigos encontrados.

Ao observar os dados da tabela é possível confirmar a diferenciação temática de estudos nos mestrados profissionais, como discutido anteriormente. A *Revista Práxis* consta na nossa análise com dois artigos - com mais de 10 anos de diferença de data de publicação entre eles - e com duas propostas de produtos educacionais voltadas para a formação de profissionais e interessados na questão do “idoso”, através da reunião de concepções sobre envelhecimento em um ambiente de convivência (caso da cartilha) e do conhecimento sobre normas e rotinas em ambiente hospitalar por parte dos profissionais da saúde (caso do passatempo informativo). Por mais que uma proposta de produto educativo carregue a pretensão prerrogativa de ser uma novidade, uma inovação, o conceito de ensino que está em jogo foi reduzido ao aspecto “informacional”. Assim, o sentido de ensino, como transmissão de informação e orientações, está impregnado por uma racionalidade técnica.

A relação entre temporalidade e envelhecimento desponta como aspecto discursivo importante nas publicações. Nos dois primeiros textos da *Revista Contexto & Educação*, percebemos um movimento oposto em torno da noção de tempo. No primeiro caso, em *Do tempo da infância às avessas...*, a categoria “velhice” se aproxima da noção de experiência de

vida, do tempo vivido, para relativizar o tempo cronológico impresso pelo curso da vida moderno e o distanciamento entre infância e velhice, ambas entendidas como devires. Enquanto no segundo texto, em *Ciclo vital*, se recorre a singularidade de cada etapa da vida reforçando fronteiras entre as idades. A temporalidade, nesse caso, está relacionada com o desenvolvimento humano, imprimindo na ideia de velhice ou idoso as marcas de um corpo em declínio vital que se aproxima da morte: *coração suscetível a doenças, mudanças modestas no cérebro, diminuição de células nervosas, fragilidade do corpo, sexualidade ativa embora menos comum...* O idoso se referiria ao indivíduo com mais de 60 anos que enfrenta os problemas de um corpo que perde funções e os dilemas do desaparecimento dos papéis sociais. Nesses termos, se apresenta ao educador duas concepções de tempo que constituem a temática.

Tabela 1. Artigos selecionados em Revistas Científicas Nacionais.

Revista Revista Contexto & Educação	PPG em Educação nas Ciências/Unijuí	Artigo Do tempo na infância às avessas (apontamentos sobre <i>O tempero da vida</i> e <i>D. Cristina perdeu a memória</i>).	2013	Descritores Velhice
		Ciclo vital: início, desenvolvimento e fim da vida humana possíveis contribuições para educadores.	2016	Idoso
		Ensino fundamental e o envelhecimento: revisão da literatura.	2024	Idoso
Educação Matemática em Revista	Sociedade Brasileira de Educação Matemática	Retratos da velhice: uma análise da representação do homem idoso nos livros didáticos de matemática do ensino fundamental.	2023	Velhice
Perspectivas em Educação Matemática	PPG em Educação Matemática/UFMS	Macroinclusões e microinclusões de pessoas idosas em um contexto da educação matemática.	2019	Idoso
Revista Vidya	PPG em Ensino de Ciências e Matemática/UFN	Grupos de terceira idade: um estudo exploratório.	2015	Terceira Idade
		Projeto Aluno Especial II: um programa na Universidade para a Terceira Idade.	2015	Terceira Idade
Revista de Educação Matemática	Sociedade Brasileira de Educação Matemática, Regional São Paulo	Educação de Jovens, Adultos e Idosos: um projeto com produção de vídeos para o ensino de noções de estatística para alunos idosos.	2022	Idoso
Revista Paranaense de Educação Matemática	PPG em Educação Matemática/UNESP AR	As pessoas idosas sob perspectiva da educação matemática.	2022	Idoso
Revista Práxis	Programa de Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente/UniFOA	Ensino de ciências e saúde para idosos: uma proposta de construção de cartilha informativa em grupos de convivência	2009	Velhice
		Validação de ferramenta educacional para acompanhantes: passatempo informativo	2023	Idoso
Revista Dynamis	PPG em Ensino de Ciências Naturais e Matemática/FURB	Percepção da qualidade de vida em idosos institucionalizados da cidade de Blumenau, SC.	2010	Idoso
Revista Ensino da Matemática em Debate	PPG em Educação Matemática/PUC-SP	Um estudo sobre a formação inicial dos professores de matemática a partir das contribuições de uma experiência na educação de idosos.	2020	Terceira idade

Artigos selecionados a partir da vinculação com a temática e com a área de ensino de ciências.

Diante da recorrência de abordagens em espaços ditos “tradicionais” dos idosos (centros de convivências, Universidades Abertas, Hospitais, ...), também verificamos a relação da temática com o ensino fundamental no contexto da escolarização. O artigo de revisão *Ensino fundamental e o envelhecimento*, aborda a relevância da introdução de temas sobre envelhecimento na escola e conclui sobre a necessidade de medidas intergeracionais em contexto escolar, em razão da permanência de atitudes preconceituosas e a rejeição de indivíduos que não apresentam vigor físico, disposição e juventude. Portanto, se demanda a inserção de conteúdos no ensino fundamental para eliminar o preconceito e promover atitudes positivas sobre o processo de envelhecimento. A escola se insinua como um espaço em potencial para a promoção de valores “positivos” sobre a velhice e na formação de educandos comprometidos com o tema.

Na contramão da abordagem anterior, o artigo *Retratos da velhice* considera a escola como produtora de representações sobre o idoso e sobre o espaço a ele destinado. O texto opera com a *cartografia* em livros didáticos de matemática, para problematizar a escola como agenciadora de imagens sobre o corpo velho. Entre os problemas matemáticos a se resolver em sala de aula, os sujeitos idosos aparecem nos livros como desocupados ou em trabalhos de menor prestígio social, distante de espaços de esportes, marcados fortemente pela decadência física (cabeça careca e desproporcional ao corpo), em resumo, o idoso figura entre as páginas como *anormal*. Assim, o que diferencia este texto em relação ao anterior é o lugar da escola, não como solução para uma problemática que viria da sociedade, mas como um ponto de dispersão de discursos sobre a velhice e uma ativa produtora de sentidos sobre o sujeito velho.

A área da educação matemática se destaca, de outras áreas do ensino, pelo engajamento na aproximação das discussões sobre a velhice do contexto escolar ou de práticas consideradas “formais” de educação. Consideremos que, do número reduzido de artigos, constam sete da educação matemática, tratando de temas relacionados a *formação de professores* e *reflexões sobre a particularidade do sujeito idoso*. Quanto ao primeiro tema, os discursos constituem a necessidade de uma *abordagem contextualizada*, isto é, as práticas educativas devem carregar informações reais do dia a dia, para isso os velhos são constantemente convidados a falar sobre suas percepções e sobre as suas dificuldades. Os futuros professores devem atentar para não *infantilizar*, buscar na realidade dos idosos por exemplos compreensíveis e procurar superar dificuldades de leitura.

Esses discursos do ensino mobilizam noções de autonomia e de inclusão social, situando a educação matemática como espaço para atividades que estimulem a memória, produzam habilidades para participação pública e promovam a inclusão digital. Contudo, seguindo as trilhas da educação popular, o ensino de matemática também mobiliza discursos que localizam o sujeito velho no passado, como depositários que seriam de memórias e de experiências, além circunscrever as experiências e os conhecimentos dos indivíduos ao espaço doméstico e suas exigências. Comprometida com garantias de autonomia, a educação matemática situa as pessoas velhas em experiências educativas distantes das abordagens da saúde, entretanto, não considera as implicações dessas práticas na constituição de sujeitos no âmbito de uma sociedade de consumo.

Considerações provisórias

Tratamos aqui, em análise dos discursos, a velhice como acontecimento que irrompe no tempo e no espaço de forma singular. Isso implica considerar as estratégias que colocam em funcionamento jogos entre permanências e continuidades discursivas que convivem, não sem conflitos, na constituição de sentidos e práticas que incidem nos corpos velhos contemporâneos. Pôde-se caracterizar aspectos formais e enunciativos daquilo que pretende ser a “verdade” do ensino de ciências sobre o idoso.

Buscamos pela diferença nas formas de objetificação/tematização do corpo velho, apontando rupturas através de categorias que demarcam radicalizações de práticas ligadas ao governo dessa população, nesse caso, os conceitos de “velho”, “idoso” e “terceira idade”. Contrapondo imagens vinculadas às categorias, procuramos expor as práticas sociais que fizeram do “velho” um lugar de exclusão e passividade, do “idoso” o espaço da consciência e da ação política, e da “terceira idade” um terreno fértil para realizar sonhos e novos projetos. Não se trata de determinações restritas e fixas, mas de cristalizações que exprimem práticas determinadas e saberes específicos. Temos preferência pela categoria “velhice” e “velho” em virtude da problematização da valorização de ideais de juventude em termos neoliberais na contemporaneidade e dos recortes políticos operados pelas outras categorias.

Da materialidade discursiva analisada, sublinhamos a relevância da categoria “idoso” e das condições que a viabilizaram como objeto. Como sujeitos de direitos que apresentam uma série demandas amplas, a área de ensino procurou respondê-los com a formação qualificada de profissionais e com a elaboração de estratégias para garantia da qualidade de vida mediante o “autocuidado” e “atitudes preventivas”. Para tais elaborações, se torna imprescindível conhecer os perfis, os comportamentos e os quadros médicos, por intermédio de técnicas confiáveis e, sobretudo, imparciais.

O ensino se insinua como uma área estratégica para promoção de uma noção ampla de saúde saturada de imperativos comportamentais. Assim, para galgar a tão cobiçada “qualidade de vida” seria preciso aprender a se cuidar e assumir as responsabilidades sobre seu estilo de vida para evitar riscos. Por outro lado, parte da garantia de um envelhecimento bem-sucedido relaciona-se ao profissional, aquele que cuida do idoso. Como a fiscalização faz parte do cuidado, o profissional deve atentar para as formas com as quais os idosos conduzem a si mesmos. Em virtude disso, discutimos a íntima aproximação do olhar do pesquisador em ensino com o olhar profissional, mesclando compreensões na imagem do idoso-paciente.

Apontamos outros discursos sobre o idoso do âmbito da educação matemática, nos quais o que está em questão é a educação escolarizada e a formação de professores. O sujeito idoso surge como um tipo de alunado que exige especificidades educativas definindo uma *abordagem contextualizada*, saturada de informações “reais” dos sujeitos. Seguindo a perspectiva da educação popular, a educação matemática se apresenta como um espaço de promoção de autonomia e inclusão social diante de um cenário de preconceitos e marginalização.

Para efeito de conjunto, a área da saúde parece seguir articulando discursos em outros campos, mobilizando-os em função de uma racionalidade preventiva, agora na área de

educação em saúde. O sujeito velho deixou de ser correlato do “fim da vida” para torna-se uma “etapa da vida”, uma “fonte de recursos”. Vive em um momento potencial para múltiplas experimentações, entre as quais se inclui a aprendizagem. Ele deve aprender, sobretudo, a ser “idoso” sob os olhos atentos de profissionais qualificados.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

- Birman, J. (2015). Terceira idade, subjetivação e biopolítica. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 22(4), 1267-1282. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702015000400007>
- Debert, G. G. (1997). A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 35(12), 39-56. <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/2191>
- Debert, G. G. (2000). O significado da velhice na sociedade brasileira. *Acta Paul Enferm*, 13(special issue 1), 147-158. <https://acta-ape.org/en/article/o-significado-da-velhice-na-sociedade-brasileira/>
- Debert, G. G. (1998). Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. *Antropologia e velhice*. IFCH/UNICAMP, 7-27. <https://mirelaberger.com.br/mirela/download/td13-guita.pdf>
- Fischer, R. M. B. (2001). Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de pesquisa*, (114), 197-223. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300009>
- Fischer, R. M. B. (2003). Foucault revoluciona a pesquisa em educação?. *Perspectiva*, 21(2), 371-389. <https://doi.org/10.5007/%25x>
- Gadella Costa, S. de S. (2009). Governamentalidade Neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. *Educação & Realidade*, 34(2). <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8299>
- Groisman, D. (2002). A velhice, entre o normal e o patológico. *História, ciências, saúde-Manguinhos*, 9, 61-78. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702002000100004>
- Groisman, D. (1999). Asilos de velhos: passado e presente. *Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento*, 2, 67-87. <https://doi.org/10.22456/2316-2171.5476>
- Moreira, M. C. N., & Souza, W. D. S. (1999). Na ordem dos discursos: notas epistemológicas sobre as aproximações entre o discurso geriátrico e o psiquiátrico na conjuntura brasileira. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 9, 49-73. <https://doi.org/10.1590/S0103-73311999000200004>
- Peixoto, C. E. (2000). *Envelhecimento e imagem: as fronteiras entre Paris e Rio de Janeiro*. Annablume. https://www.ics.uerj.br/site/images/arquivos/revistas/EHLERSC_-_ENVELHECIMENTO_E_IMAGEM.pdf
- Rocha, D., & Deusdará, B. (2006). Análise de conteúdo e análise do discurso: o lingüístico e seu entorno. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, 22, 29-52. <https://doi.org/10.1590/S0102-44502006000100002>
- Rocha, D., & Deusdará, B. (2005). Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. *Alea: estudos neolatinos*, 7, 305-322. <https://doi.org/10.1590/S1517-106X2005000200010>
- Sais, A. P. (2011). *Dispositivo de velhice: uma analítica interpretativa*. 2011. [Tese de doutorado em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis]. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95208>
- Silva, D. V. (2022). *Gênero, sexualidade e envelhecimento: (des) articulações na educação e (m) saúde*. [Tese de doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro]. <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/18772>